

As mulheres na política

SILVIA PIMENTEL

Quem é quem na Constituinte? Quem são elas? As 26 mulheres eleitas a 15 de novembro, dentre os 559. Qual o significado deste número? É um dado positivo ou negativo?

A Folha, em seu caderno especial de 19 de janeiro, nos apresentou o perfil dos constituintes. Suas ideologias, partidos, categorias profissionais, idades e a proporção de renovação no Congresso Nacional. Ainda, um resumo biográfico de cada um.

Nele, verificamos que as mulheres eleitas originam-se de dezesseis Estados brasileiros. Amazonas, Rio de Janeiro e São Paulo, foram os Estados que mais elegeram representantes femininas, com três deputadas cada um. Entre os dez que não se fizeram representar, surpreendentemente encontram-se Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Quanto ao posicionamento político, doze parlamentares são de centro, sendo quatro de centro propriamente dito, cinco de centro-esquerda e três de centro-direita. De esquerda, sete, e de direita, sete. Os partidos mais representados são o PMDB, com nove, e o PFL, com sete. Vinte e duas constituintes possuem nível universitário, sendo que o grupo maior vem das áreas da educação, e da comunicação. Apenas duas são empresárias. Metade se situa na faixa de 40 a 47 anos.

Seis das eleitas participaram da direção de entidades sociais, e sete de organismos públicos. Não foi mencionado o seu engajamento em movimentos feministas, embora oito sejam reconhecidas, a nível nacional, como militantes na luta pelos direitos da mulher. Dez deputadas têm relacionamento familiar direto com políticos, o que não é peculiar à mulher. Vários dos eleitos homens são parentes de políticos de renome. O fato de famílias de políticos produzirem políticos não é novidade nem deveria surpreender.

Os dados que compõem o perfil das constituintes não revelam nenhuma discrepância significativa em relação aos eleitos do sexo masculino, a não ser a numérica. Para representar metade da população brasileira, 26 mulheres, ou o percentual de 4,6 dos eleitos é ínfimo. Contudo, verifica-se crescimento considerável se comparado este número aos da presença feminina nas três Constituintes brasileiras. Apenas a de 1934 contou com Carlota Pereira de Queiroz, eleita por São Paulo, e Almerinda Gama, como delegada classista, pelo Distrito Federal. Observa-se também crescimento percentual na presença feminina na Câmara dos Deputados: de 0,38% em 1974, para de 1% em 1978 e 1,7% em 82.

Mas este crescimento é ainda frustrante em face as expectativas das muitas mulheres que, de forma organizada e a nível nacional, trabalharam com dois objetivos: ampliar a presença feminina no Congresso, e discutir, elaborar e apresentar reivindicações aos futuros constituintes.

Cresceu a participação da mulher brasileira nos movimentos de base, nas bases dos partidos políticos, e nas entidades de classe. Todavia este crescimento não encontrou sua contrapartida a nível parlamentar. Alguns Estados onde a mulher vem conquistando posições cada vez mais elevadas na vida econômica e social, e onde, ao mesmo tempo, o movimento de mulheres desenvolve trabalho consistente e articulado, não elegeram nenhuma representante.

Muitos poderão argumentar que isto não ocorreu porque o ritmo das transformações históricas nem sempre acompanha nossas expectativas; que está tão introjetado na mulher — e do homem — o dever doméstico feminino, a sua esfera de ação privada, que a inserção no público será, para ela, difícil e demorada. Outros, ainda, apresentarão números e exemplos mostrando ser diminuta a participação político-parlamentar da mulher, a nível nacional, em todas as partes do mundo.

E então? O que fazer?

Acredito que mais ainda e melhor. É necessária a ampla participação da mulher "se democracia é o grande valor político a ser alcançado".

Pretendo finalizar sem concluir. Apenas, levantar algumas questões. Estão os partidos políticos nacionais estruturados para dar cabida aos segmentos sociais politicamente emergentes? Estão estes segmentos utilizando-se bem das técnicas institucionalizadas pelo marketing político? Por que a imprensa insiste em saudar e eleger "musas"? Por que são tão grandes as dificuldades de persuasão do discurso feminista? Só o vetusto patriarcalista as explica? Há outras causas determinantes? Como está a questão da solidariedade feminina?

Talvez as respostas a estas, e a outras questões, poderão contribuir para que as mulheres relacionem a consciência que têm de seus direitos individuais à necessidade de sua participação político-institucional. Só a efetiva representação da mulher nesta instância permitirá sua presença, voz e voto na elaboração de políticas que, exatamente, garantem e ampliam os seus direitos como pessoa.